

# COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA - RECENTE vs ANTIGA

## Portugal-Espanha e Suécia-Noruega

Eduardo Medeiros<sup>1</sup>

### Resumo:

As duas maiores penínsulas da Europa (Ibérica e Escandinava) estão divididas por uma longa e antiga linha de fronteira, que separa quatro dos mais antigos países europeus: Portugal, Espanha, Suécia e Noruega. No primeiro caso, a rara estabilidade da fronteira, que se mantém praticamente inalterada há mais de 800 anos, contribuiu para reforçar uma longa existência do tipo «*back-to-back*», durante a maior parte deste tempo. Na última, no entanto, as sucessivas alterações no traçado da fronteira e a profusão de alianças históricas entre os dois países nórdicos, contribuíram para a criação de um tipo de relação fronteiriça "*face-a-face*" com consequências visíveis na solidificação do processo de cooperação transfronteiriça. Assim, enquanto a iniciativa comunitária INTERREG-A representou um importante ponto de partida para o processo de cooperação transfronteiriça na maior parte da Região de Fronteira entre Portugal e Espanha (RFPE), esta constituiu apenas mais um passo importante para o reforço deste processo na Região de Fronteira entre a Suécia e a Noruega (RFSN), uma vez que o mesmo já tinha sido iniciado em 1948, quando a Suécia, a Noruega, a Islândia e a Dinamarca estabeleceram o 'Joint Nordic Committee for Economic Cooperation', logo seguida pela formação do 'Nordic Council', em 1951. Com isto em mente, este artigo analisa a forma como estas duas realidades distintas, relativamente ao processo de cooperação transfronteiriça, contribuíram para as duas abordagens diferentes resultantes da implementação do INTERREG-A, em ambas as regiões fronteiriças estudadas.

Palavras-chave: Cooperação Transfronteiriça, INTERREG-A, Policentrismo, Coesão económica e social.

---

<sup>1</sup> Nome: Eduardo José Rocha Medeiros, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal – Tel: + 351 21 7940218 / 21 7965469 - Fax: +351 21 7938690 – e mail: [emedeiros@campus.ul.pt](mailto:emedeiros@campus.ul.pt)

## 1 - Introdução:

Em 1990, a Comissão Europeia lançou uma iniciativa comunitária específica conhecida como INTERREG-A, para ajudar o processo de desmantelamento das barreiras presentes nas regiões fronteiriças da União Europeia (UE) e para prepará-las para os novos desafios da crescente integração europeia. Desde então, três gerações (1990-1993, 1994-1999 e 2000-2006) do programa foram concluídas e uma quarta, agora incluída no objectivo da Cooperação Territorial Europeia (2007-2013), já está a ser concretizada.

A RFPE, mais conhecida como Raia Ibérica, começou a receber fundos comunitários logo na primeira geração do INTERREG-A e, desde então, o processo de cooperação transfronteiriça tem vindo a ser intensificado, passando em muitos casos de uma fase de quase não-cooperação para uma nova realidade de estreita aproximação, culminada com a recente formalização de alguns Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, na parte setentrional da fronteira. Esta incrível mudança de eventos teve no INTERREG-A, a principal causa, embora o processo de maturidade dessa iniciativa comunitária só tenha sido alcançado na presente geração.

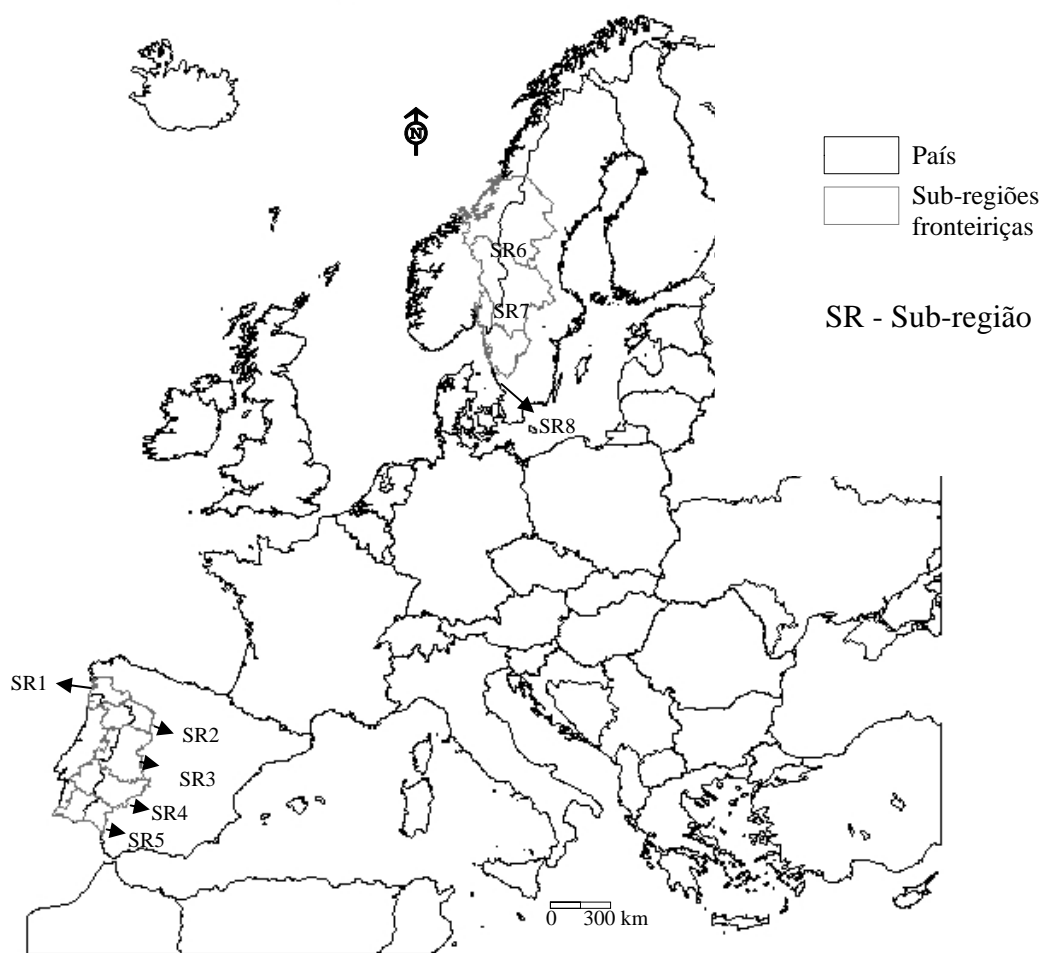
Por outro lado, o programa INTERREG-A sueco-norueguês, teve apenas o seu início em 1994 (segunda geração), mas desde então tem revelado um elevado grau de maturidade na gestão no processo de cooperação transfronteiriça, uma vez que foi dada especial prioridade ao crescimento económico da RFSN, em detrimento do reforço das acessibilidades transfronteiras, como foi o caso do INTERREG-A Ibérico.

De modo a proporcionar uma comparação mais aprofundada de ambas as regiões fronteiriças analisadas, neste artigo vamos concentrar a nossa atenção nos impactos territoriais do INTERREG-A, em particular na: (i) distribuição dos projectos e do investimento em todas as suas sub-regiões; (ii) contribuição do INTERREG-A para a coesão económico-social, (iii); contribuição do INTERREG-A para a articulação territorial da zona fronteiriça; (iv) situação actual do processo de cooperação transfronteiriça.

## 2 - Geografia e Coesão:

As duas regiões fronteiriças estudadas neste artigo estão localizadas nas duas maiores penínsulas da Europa (Fig.1), e apresentam alguns elementos convergentes e outros divergentes relativamente ao seu grau de coesão socioeconómica, quando enquadrados no restante território peninsular (Quadro 1).

Figura 1 – Regiões fronteiriças entre Portugal-Espanha e Suécia-Noruega



Fonte – Autor

Com efeito, em termos gerais, pode-se afirmar que estas duas áreas fronteiriças, representam uma porção significativa de território no contexto europeu, e cerca de  $\frac{1}{4}$  do território peninsular. No entanto, eles representam apenas uma pequena porção da população peninsular. Além disso, uma importante parte de ambos os territórios fronteiriços pertence ao grupo de regiões europeias que apresentam deficits demográficos persistentes (baixa densidade populacional e taxas de natalidade; altas taxas de mortalidade e índice de envelhecimento).

Quadro 1 – Geografia e Coesão na RFPE e RFSN – 2005-2006

Indicador	RFPE	RFSN
<b>Geografia</b>		
Área (km <sup>2</sup> )	137.015	192.656
Território (%)	23	27
Municípios com mais de 50.000 hab.	10	22
Eixos dinâmicos	2	1
<b>Demografia</b>		
População	5.460.990	3.558.648
População (%)	11	26
Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> )	40	32
Crescimento Populacional (91-05) (93-06)	64.818	150.761
Taxa de Natalidade (‰)	8.49	10.92
Taxa de Mortalidade (‰)	12.03	10.49
Índice de Envelhecimento	143.9	98.99
<b>Coesão</b>		
PIB pc (PPC) – (euros/hab)	12.261	31.893
PIB (%)	7,5	5,3
Taxa de Actividade (%)	51.45	73.45
Taxa de Desemprego (%) <sup>1</sup>	8.5	5.7
VAB – Sector primário (%)	8.90	2.89
VAB – Sector secundário (%)	26.00	36.64
VAB – Sector terciário (%)	65.10	58.47
População com educação superior (%)	9.9	18.7

1 – Portugal - 2001

Fonte: Dados: Estatísticas nacionais - Cálculos do Autor

No entanto, se compararmos os indicadores socioeconómicos, a RFSN mostra um melhor desempenho em comparação com a RFPE, que pode ser comprovado pelos valores muito superiores do PIB *per capita*, pelos valores inferiores apresentados na taxa de desemprego e no VAB do sector primário, e pela percentagem muito maior da população com ensino superior nesta região fronteiriça.

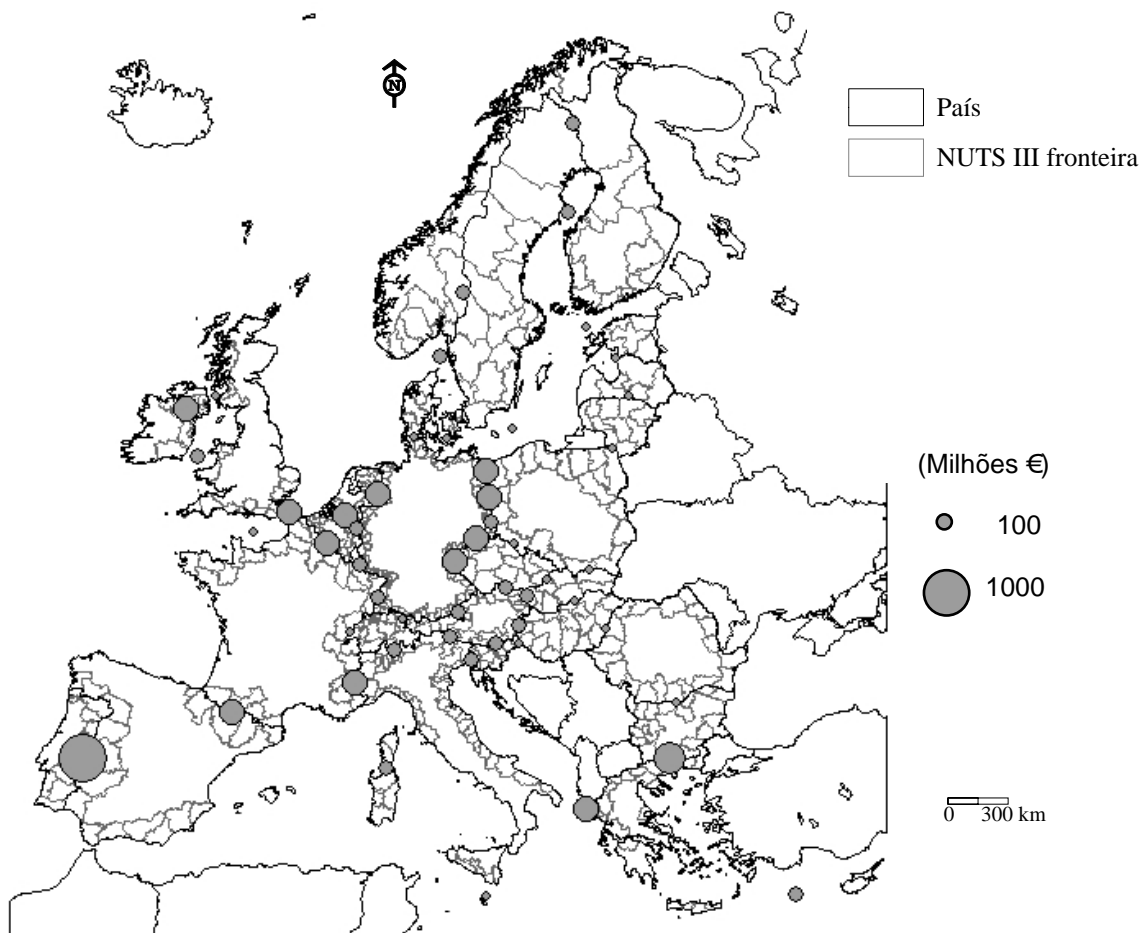
Perante todos estes indicadores, pode-se dizer que a RFPE mostra sinais de maior vulnerabilidade em termos socioeconómicos, o que, por sua vez, pode impor desafios maiores, a fim de se criarem nesta região novas oportunidades, para o crescimento económico e do emprego, e também para a sustentabilidade dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, se enquadrarmos a RFSN nos indicadores socioeconómicos da Península Escandinávia, é fácil perceber que também enfrenta desafios importantes para acompanhar a evolução do restante território, no que concerne ao seu grau de competitividade regional.

### 3 - Impactos territoriais do INTERREG-A

#### 3.1 - Distribuição dos projectos e investimento

Um estudo recente (ESPON, 2007), exprime a ideia de que a cooperação transfronteiriça "é uma força poderosa que afecta as estruturas espaciais socioeconómicas das regiões vizinhas". Da mesma forma, a nova versão da Carta Europeia para as regiões transfronteiriças, afirma que a cooperação transfronteiriça "contribui para atenuar as desvantagens destas fronteiras, ultrapassar a situação periférica das regiões fronteiriças nos seus respectivos países, e melhorar as condições de vida da população. Abrange todas as esferas culturais, sociais, económicas e de infra-estruturas "(AEBR, 2004). Com base nesta perspectiva, pensamos que será importante lançar alguma luz sobre a distribuição do investimento do INTERREG-A, uma vez que "as actividades relacionadas com a cooperação transfronteiriça da UE são essencialmente de ordem financeira" (M. Perkmann, 2003). A este propósito, convém notar que a RFPE recebeu, até hoje, um pacote financeiro resultante do INTERREG-A, muito superior ao destinado à RFSN (Fig. 2 e Quadro 2).

Figura 2 – Financiamento dos programas INTERREG III-A



Fonte: Autor

Quadro 2 – Dados do INTERREG I-II-III-A - RFPE e RFSN

Indicador	RFPE	RFSN
Investimento total (FEDER)	2.671.054.531 €	203.455.974 €
Projectos aprovados	2179	532
<b>Sub-Regiões</b>		
SR1 (% projectos) / (% investimento)	23 / 23	
SR2 (% projectos) / (% investimento)	16 / 15	
SR3 (% projectos) / (% investimento)	17 / 16	
SR4 (% projectos) / (% investimento)	25 / 26	
SR5 (% projectos) / (% investimento)	20 / 20	
SR6 (% projectos) / (% investimento)		36 / 32
SR7 (% projectos) / (% investimento)		29 / 27
SR8 (% projectos) / (% investimento)		35 / 41
<b>Entidades Gestoras</b>		
LOC (% projectos) / (% investimento)	23 / 21	29 / 25
PUB (% projectos) / (% investimento)	52 / 67	15 / 19
REG (% projectos) / (% investimento)	20 / 09	43 / 42
UNI (% projectos) / (% investimento)	05 / 03	13 / 14
<b>Dimensões do Efeito Barreira</b>		
ACESSI (% projectos) / (% investimento)	13 / 42	05 / 10
CULSOC (% projectos) / (% investimento)	12 / 07	36 / 30
AMBPAT (% projectos) / (% investimento)	36 / 25	10 / 12
INSURB (% projectos) / (% investimento)	08 / 05	08 / 06
ECOTEC (% projectos) / (% investimento)	28 / 21	36 / 37
ESTUDO (% projectos) / (% investimento)	03 / 01	05 / 05

(LOC - Autoridades Locais; PUB - Institutos Públicos; REG - Associações Regionais; UNI - Universidades)  
(ACESSI - Acessibilidades; CULSOC - Cultural-Social; AMBPAT - Ambiente-Património; INSURB - Institucional-Urbano; ECOTEC - Economia-tecnologia)

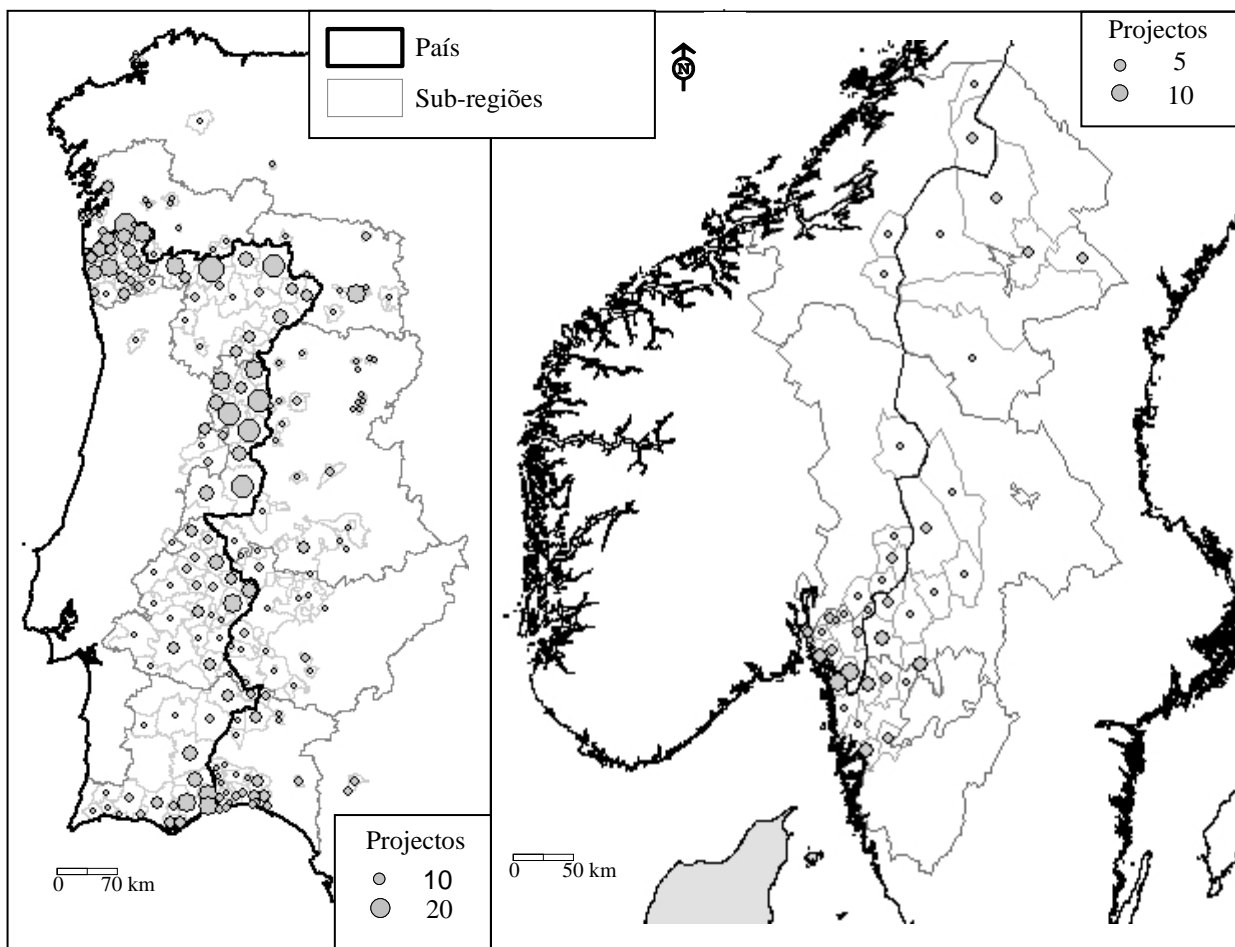
Fonte: Autor

No mesmo sentido, se caminarmos para uma abordagem territorial mais profunda para cada uma das sub-regiões presentes nas duas regiões de fronteira estudadas, é também possível concluir que as que são atravessadas pelos eixos mais dinâmicos, do ponto de vista socioeconómico, foram as que mais fundos receberam do INTERREG-A, revelando também uma correlação positiva entre a presença de sistemas urbanos articulados e a intensidade da cooperação transfronteiriça.

É também sem surpresa que constatamos que as associações de cariz regional (representando a sociedade civil), e as universidades (ou outros tipos de institutos de investigação), revelam níveis mais elevados de participação em projectos do INTERREG-A na RFSN. Este é um indicador claro da presença de um modelo mais descentralizado de governação, típico dos países nórdicos (Nordregio, 2007). Esta situação contrasta com uma presença mais forte do poder local (Portugal) e regional (Espanha) que gere os projectos INTERREG-A em estruturas governamentais, e como tal, mais afastadas da sociedade civil.

Destaque-se igualmente o modo como um Estado centralizado, como o português, sem estrutura efectiva ao nível regional de governo, leva a que este se ‘apoie’ no nível administrativo local (câmaras municipais) para cooperar com as estruturas regionais autónomas espanholas, do outro lado da fronteira, o que dificulta enormemente o processo de cooperação transfronteiriça na RFPE. Por sua vez, a RFSN revela uma estrutura de cooperação territorial muito mais equilibrada entre autoridades locais, que se concentra principalmente na parte sul da fronteira (Fig. 3).

Figura 3 – Participação das autoridades locais nos projectos INTERREG-A  
RFPE - RFSN



Fonte: Autor

Adicionalmente, procurámos perceber qual foi a contribuição do INTERREG-A para a redução do efeito barreira, "que foi criado pela evolução histórica, nos últimos três séculos e tem sido reforçado por questões militares, administrativas e socioeconómicas. Esta situação

causou graves inconvenientes para o povo e os parceiros regionais / locais e sociais nas regiões fronteiriças da Europa" (CE, 2000). Para tal, foram utilizados critérios que dividem o conceito de efeito barreira em cinco dimensões diferentes (E. Medeiros, 2009), a fim de dar uma visão geral concisa das principais diferenças observadas nos dois programas INTERREG-A abordados. A este respeito, é claro, mais uma vez, que o processo de cooperação transfronteiriça na RFSN mostra um maior grau de maturidade do que o da RFPE, uma vez que o primeiro focou a sua estratégia essencialmente no melhoramento das potencialidades económicas da região fronteiriça, com o objectivo de manter e criar novos empregos (CE, 2003), enquanto o segundo, destinou mais que 40% da repartição dos recursos do INTERREG-A para a melhoria das infra-estruturas de acessibilidade transfronteiriça. A boa notícia é que este panorama foi totalmente invertido no presente programa (INTERREG IV-A). Mesmo assim, valha a verdade que as duas primeiras gerações desta iniciativa comunitária, apesar da quase ausência de projectos genuinamente transfronteiriços, tiveram o condão de criar as bases para a aproximação dos dois povos ibéricos e a consolidação da gestão conjunta dos projectos (DGDR, 2001).

Outro indicador importante que permite avaliar o grau de maturidade dos programas INTERREG-A está relacionado com a continuidade de projectos aprovados, a fim de manter a sua mais-valia para o desenvolvimento territorial a longo prazo. Dito isto, e após uma análise aprofundada dos projectos INTERREG-A aprovados em ambos os programas, tornou-se claro que essa continuidade é mais forte na RFSN, tendo conta que apenas 3,5% dos projectos aprovados na RFPE tiveram mais do que uma fase, enquanto na sua congénere escandinava esse valor situou-se nos 11,7%.

Este grau de maturidade também salta à vista quando olhamos para a lista dos projectos que receberam um volume de financiamento mais elevado em ambos os programas INTERREG-A (Quadro 3). Efectivamente, essa lista confirma, mais uma vez, a prioridade dada pelas autoridades ibéricas à melhoria da permeabilidade das acessibilidades transfronteiriças, enquanto as nórdicas apresentaram uma intervenção estratégica mais equilibrada, uma vez que focaram os seus *'impact projects'* em várias áreas e dimensões do desenvolvimento: cultural (figuras rupestres); acessibilidades de transportes (comboio Trondheim-Östersund); institucional (GIT Bohuslän / Dalsland-Østfold), economia e tecnologia.



Quadro 3 – Projectos INTERREG-A com maiores valores de financiamento -

RFPE e RFSN

INTERREG-A	Projecto	FEDER (€)
INT I – P	IP1-Via Longitudinal do Algarve	84.828.892
INT I – P	Acessos à Ponte do Guadiana	24.939.894
INT I – E	Auto-estrada Badajoz – Fronteira PT	70.556.740
INT I – E	Auto-estrada Porriño-Tuy N-550	47.422.220
INT II – P	Variante às EN 202 e EN 301 Monção-S. Gregório	28.535.619
INT II – P	Construção da Barragem do Sabugal	24.927.424
INT II – E	Estradas e Pontes	60.000.000
INT II – E	Estradas	22.550.736
INT III – PE	Redes avançadas – informação e telecomunicações	47.418.848
INT III – PE	Troço do IC 27 entre Odeleite e Alcoutim	38.810.376
INT III – PE	Estruturas comerciais e permeabilidade da fronteira	29.199.616
INT III – PE	Infra-estruturas de canalização e águas residuais	26.568.052
INT III – PE	Bibliotecas Guarda (CEI) e Salamanca	23.616.573
INT III – PE	Rede viária transfronteiriça – sul da península	23.234.817
INT III – PE	Recuperar um conjunto de estradas, vias e caminhos	22.230.768
INT III – PE	Revitalização do tecido económico	21.358.291
INT III – PE	Permeabilidade viária da fronteira	20.884.313
INT III – PE	Criar uma rede de infra-estruturas rodoviárias básicas	20.435.038
INT II – SN	Gravuras rupestres na região de fronteira	5.427.754
INT II – SN	GIT Bohuslän/Dalsland-Østfold	3.620.619
INT II – SN	Scanland	2.535.464
INT II – SN	GIT Bohuslän/Dalsland-Østfold – Des. de competências	2.128.866
INT III – SN	NABO-pendelen – Comboio entre Trondheim-Östersund	7.219.824
INT III – SN	NABO-taget – Comboio entre Trondheim-Östersund	5.488.982
INT III – SN	Novos mercados de emprego	4.595.208
INT III – SN	KNIS – Conhecimento e desenvolvimento na IS	2.260.167
INT III – SN	Skandia Take-Off – Uniiversidades de Trøndelag e Jämtland	2.161.298

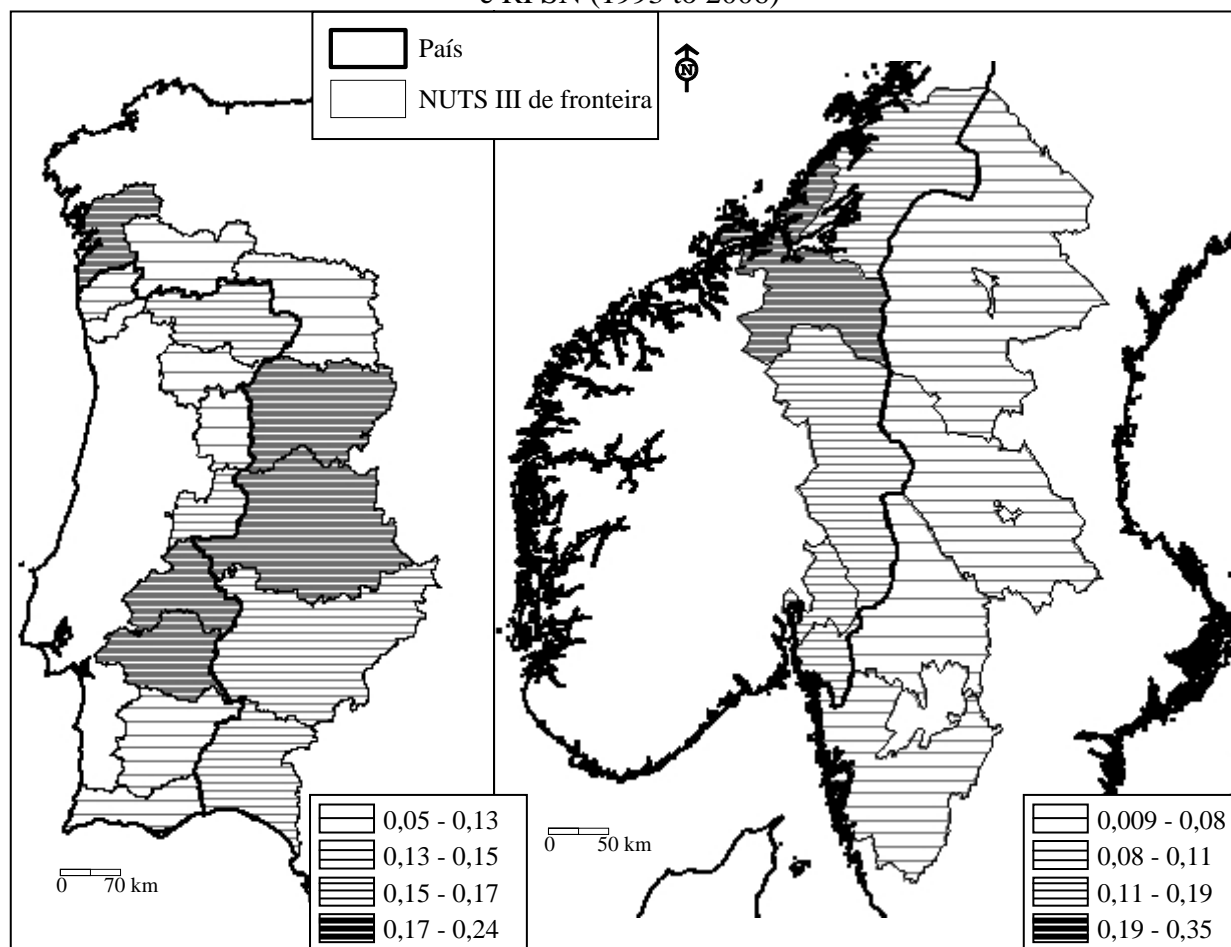
INT - INTERREG-A; P - Portugal; E - Espanha; PS - Portugal-Espanha; SN - Suécia-Noruega

Fonte - Autor

### 3.2 - Impactos socioeconómicos:

Estamos conscientes de que existem uma série de factores que influenciam a coesão socioeconómica das regiões fronteiriças estudadas. Apesar disso, decidimos construir um índice agregado, (com a mesma metodologia utilizada no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas), que incorpora dados relacionados com a dimensão social (proporção da população com grau universitário; médicos *per capita*; bibliotecas *per capita*) e a dimensão económica (PIB *per capita*, taxa de actividade; empresas *per capita*) do conceito de coesão socioeconómica, com o propósito de ver se estas regiões fronteiriças estão a aproximar-se rapidamente da respectiva média peninsular, em termos socioeconómicos (Fig. 4).

Figura 4 – Índice de desenvolvimento socioeconómico RFPE (1991 to 2005)  
e RFSN (1993 to 2006)



Fonte: Autor

Como era esperado, uma vez que os fundos INTERREG-A são uma gota no oceano das necessidades das regiões fronteiriças, tendo em conta a mobilização do seu capital territorial, tanto na RFPE e em geral na RFSN, continua-se a verificar um persistente afastamento no domínio dos indicadores socioeconómicos em relação à respectiva média peninsular, embora algumas NUTS III tivessem mostrado um desempenho socioeconómico acima da referida média. No entanto, pensamos que esse desempenho não está necessariamente relacionado com as intervenções resultantes do INTERREG-A, uma vez que não existe qualquer correlação positiva dos valores do índice obtidos para cada NUT III de fronteira e as respectivas percentagens de financiamento resultantes dos projectos INTERREG-A aprovados.

Mesmo assim, estes resultados não negam nem apagam os efeitos positivos que o programa INTERREG-A tem tido para o desenvolvimento socioeconómico das zonas fronteiriças

européias, com base nas conclusões expressas no Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social: "apesar da sua escala de suporte limitada em média (74 milhões de euros por programa), os programas tendem a ter um significativo efeito de alavanca (EUR 165 para cada 100 euros investidos). Este investimento, não teria sido materializado sem o INTERREG" (CE, 2007).

No entanto, como afirma Van Houtum (2001), a retórica de uma Europa sem fronteiras é ainda gravemente enganosa, em outras palavras, as fronteiras continuam a ser marcantes no desenvolvimento territorial da Europa, apesar de todos os esforços do INTERREG-A para reduzir as barreiras e reforçar as relações transfronteiriças, até porque, o dinheiro envolvido nesta iniciativa comunitária teria que aumentar de forma significativa para mudar o actual panorama, uma vez que representa apenas 1,8% da dotação dos fundos da política de coesão para o período de 2007-2013 (CE, 2007b).

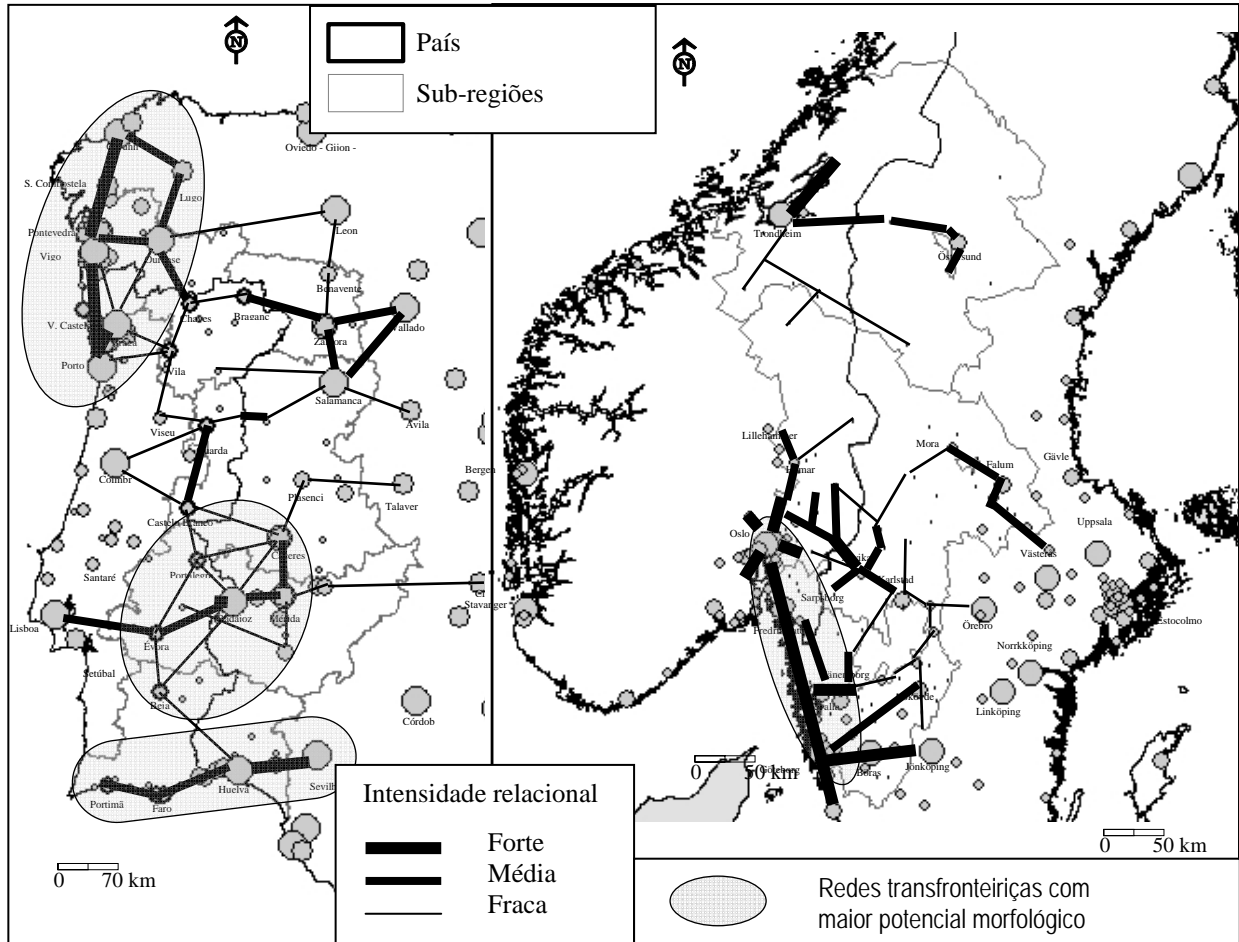
### 3.3 - Impactos na articulação territorial:

A dimensão territorial constitui outro importante pilar da política de coesão da UE, e uma vez que um dos principais objectivos do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (CE, 2001) é o desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico e equilibrado do território europeu, procurámos identificar a contribuição do INTERREG-A para uma maior articulação do território fronteiriço, em ambas as regiões estudadas, através da análise das duas dimensões do conceito de policentrismo: a morfológica (Número de cidades, Distribuição, Conectividade, Hierarquia) e a relacional (Fluxos, Redes, Cooperação, Complementaridade).

Foi sem surpresa que, na primeira dimensão (morfológica), só foi possível detectar três eixos transfronteiriços com algum potencial policêntrico na RFPE e um na RFSN (Fig. 5). Isso demonstra que a articulação territorial em ambas as regiões fronteiriças, não é muito forte em geral. No entanto, é de realçar que na primeira 42% do valor total do investimento proveniente das três primeiras gerações INTERREG-A destinou-se à melhoria desta dimensão física do policentrismo (estradas, pontes, etc.) Por outro lado, na última, apenas 10% do investimento do INTERREG-A teve como destino a melhoria das conexões físicas transfronteiras. De facto, pode dizer-se que a contribuição do INTERREG-A para um território mais policêntrico e articulado resultou essencialmente na criação e no reforço das redes relacionais ao longo das zonas fronteiriças, e este é um componente essencial para a

realização de uma forte articulação territorial, em ambas as regiões fronteiriças (E. Medeiros, 2009b).

Figura 5 – Articulação territorial na RFPE e RFSN - 2006



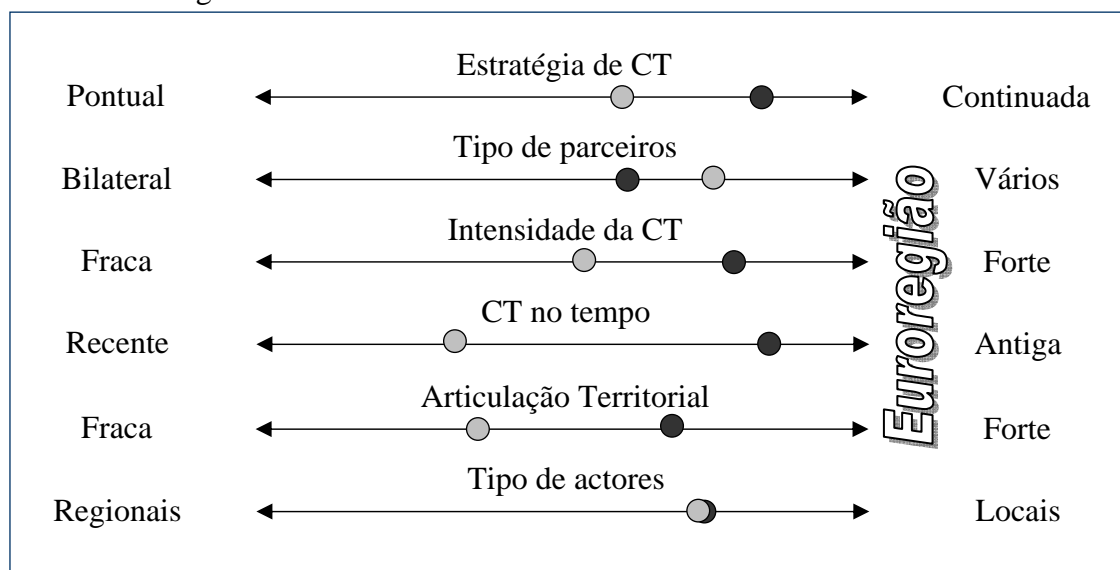
Fonte: Autor

O processo de cooperação transfronteiriça entre os dois países escandinavos abordados neste artigo começou a ser delineado e materializado muito antes do lançamento do INTERREG-A em 1990, e seguiu os princípios orientadores para a cooperação nórdica que procuram acrescentar valor aos seus territórios "quando as acções comuns conseguem atingir um efeito mais positivo do que as acções separadas a nível nacional" (Nordregio, 2007). Mesmo assim, estima-se que 71% dos projectos não teriam tido lugar sem o INTERREG-A (CE, 2007b), e este facto revela os impactos positivos que esta iniciativa comunitária tem tido na RFSN. É também evidente que o INTERREG-A iniciou um novo ciclo no processo de cooperação transfronteiriça na RFPE, consubstanciado por numa espiral crescente de contactos além-fronteiras, que são mais intensos nos eixos transfronteiriços mais dinâmicos do ponto de vista

demográfico e socioeconómico (Minho-Galiza, Évora-Mérida e Faro-Huelva).

No entanto, a dimensão temporal é apenas um dos parâmetros que suporta o nosso modelo proposto de cooperação transfronteiriça (E. Medeiros, 2009), a fim de tornar comparáveis as zonas fronteiriças. Com efeito, se contarmos com as duas fronteiras estudadas como um todo (sem olhar para cada uma de suas sub-regiões - Fig.6) é possível confirmar um maior "grau" de cooperação transfronteiriça na RFSN, no momento presente. No entanto, convém salientar que os recentes desenvolvimentos no processo de cooperação transfronteiriça no programa Ibérico revelam uma crescente vontade de eliminar os principais obstáculos que ainda impedem a cooperação transfronteiriça em todas as suas sub-regiões (Quadro 4).

Figura 6 - Parâmetros dos modelos de CT – PSBR e SNBR - 2006



○ - RFPE    ● - RFSN    CT - Cooperação Transfronteiriça

Fonte: (E. Medeiros, 2009) + (E. Medeiros, 2009b) - adaptado

Quadro 4 – Barreiras persistentes à cooperação transfronteiriça - RFPE e RFSN

Sub-regiões	Barreiras
SR1	Questões jurídico-administrativas ao nível das competências. Complicado encontrar promotores locais e regionais. Diferenças culturais. Administração portuguesa é muito lenta. O português é visto com cidadão de segunda.
SR2	Distâncias entre Bragança e Zamora. Ausência de tecido económico e pessoas para fazer trocas comerciais. Burocracias jurídicas e administrativas.
SR3	A língua. Diferenças culturais. Fragilidades do tecido económico e regional. Ausência de serviços conjuntos. Ausência de transportes. Desconhecimento de oportunidades. As acessibilidades. Diferenças administrativas.
SR4	A língua. Suspeição cultural. Diferenças administrativas – ex: os correios. Falta de conhecimento mútuo. A mentalidade e atitude face à CT.
SR5	A língua. Assimetrias administrativas. Acessibilidades. Partilha de equipamentos conjuntos. Ausência de pontos de contacto. Ausência de entidades regionais e dinheiro em Portugal. Procedimentos burocráticos e administrativos. Falta de cooperação empresarial. Problemas institucionais – maneira diferente de ver os problemas. Medo de perder autonomia.
SR6	Taxas. Dificuldade das empresas em se instalarem no país vizinho, A Suécia tem de seguir as regras da UE. Passagem de mercadorias e serviços. Alfândegas. Questões jurídicas. Barreiras mentais.
SR7	Saúde. Infra-estruturas. A Noruega não pertence à UE. Diferente legislação e regulação. Transportes. Diferenças técnicas e organizacionais. Taxas, legislação laboral, seguros de saúde, pensões. Barreiras mentais e informais.
SR8	Questões alfandegárias e administrativas. Taxas e pensões dos trabalhadores TF. Transportes.

Fonte: Entrevistas - autor

Um bom exemplo destas tendências recentes na cooperação transfronteiriça na RFPE é a criação de alguns Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), na parte norte da fronteira (1 - Norte-Galiza; 2 - Duero-Douro; 3 - ZASNET), a fim de reduzir os obstáculos institucionais e jurídicos “encontrados na gestão das acções de cooperação transfronteiriça, transnacional e cooperação inter-regional no âmbito dos procedimentos e legislações nacionais” (MOT, 2007). No entanto, por estranho que pareça, este importante passo ainda não foi materializado na RFSN, apesar das opiniões recolhidas aos actores locais e regionais indicarem que os impostos, os regulamentos, as questões alfandegárias e outras questões jurídico-administrativas, continuam a constituir o principal obstáculo ao processo de cooperação transfronteiriça nesta região fronteiriça.

Além disso, os dois países ibéricos têm demonstrado uma crescente intenção de melhorar o processo de cooperação transfronteiriça em outras importantes áreas de cooperação, tais como a saúde (partilha de equipamentos - ex: Hospital Badajoz), a investigação (Centro de Investigação de Energias Renováveis - Badajoz e Nanotecnologia - Braga), os transportes públicos (TGV Madrid - Lisboa e Porto - Vigo) e a protecção civil (ambos os países permitem a entrada de corporações de bombeiros até 15 km do outro lado da fronteira para extinguir incêndios, sem necessidade de autorização), etc.

#### 4 - Conclusão:

Do resultado da nossa análise, podemos concluir que quer a RFPE, quer a RFSN se enquadram, no geral, na tipologia de territórios periféricos nos respectivos países e no restante espaço europeu, tendo em conta a reduzida articulação territorial, os baixos padrões socioeconómicos e a fraca dinâmica demográfica. Existem, no entanto, em ambas regiões eixos transfronteiriços onde esta constatação não é válida, e é sem surpresa que estes apresentem os melhores resultados na utilização de recursos provenientes do INTERREG-A (Minho-Galiza, Évora-Mérida, Faro-Huelva, e Gotemburgo-Oslo).

Apesar destas semelhanças, há diferenças importantes que separam os dois programas INTERREG-A. Para começar, na RFPE o processo de cooperação transfronteiriça é ainda um processo muito recente (com excepção da faixa Minho-Galiza), que tem sido fortemente estimulado pelos fundos provenientes do INTERREG-A, enquanto na RFSN, o início deste processo remonta a um período muito anterior à implementação deste programa nesta região, e isso justifica o seu grau mais elevado de maturidade, em comparação com o congénere Ibérico, uma vez que os projectos aprovados não incidem tanto sobre a melhoria das infra-estruturas rodoviárias transfronteiriças, mas procuraram essencialmente melhorar a competitividade económica e reduzir as disparidades regionais através da manutenção e criação de empregos.

No entanto, os mais recentes desenvolvimentos no processo de cooperação transfronteiriça ocorridos na RFPE, demonstram-nos mudanças positivas substanciais, tendo em conta a crescente vontade de cooperar e estabelecer redes de cooperação transfronteiriça a todos os níveis, envolvendo cada vez mais os actores locais e regionais. Com efeito, a criação de três AECT na parte norte da zona fronteiriça constituem um bom exemplo desta nova viragem na estratégia de cooperação transfronteiriça nesta região periférica da Europa.

Por fim, resta salientar que, no presente momento, a intensidade do processo de cooperação transfronteiriça ainda é, em geral, mais forte na RFSN, embora as diferenças tenham sido severamente reduzidas durante a última década, principalmente devido à iniciativa comunitária INTERREG-A. No entanto, os fundos recebidos não foram capazes de reduzir totalmente as persistentes lacunas socioeconómicas que ambas as regiões estudadas ainda apresentam no contexto peninsular, mas eles foram cruciais para a criação bases sólidas para

um desenvolvimento territorial mais policêntrico e equilibrado, através do reforço das infra-estruturas de conexão transfronteiriça (dimensão morfológica), e também pela criação e reforço de redes de cooperação imateriais (dimensão relacional), que têm vindo a estimular os contactos entre entidades de ambos os lados da fronteira.

#### 5- Bibliografia:

- AEBR (2004) - *European Charter for Border and Cross-Border Regions*, AEBR - Draft New Version, Gronau.
- CE (2000) – *Practical guide to Cross-Border Cooperation*, Third Edition 2000, Phare, Association of European Border Regions (AEBR), Gronau.
- CE (1999) - *European Spatial Development Perspective — ESDP*, CE, Luxemburgo.
- CE (2003) - *Mid-term evaluation of Interreg III-A Sverige – Norge*, NUTEK, Estocolmo.
- CE (2007) – *Growing Regions, Growing Europe. Fourth report on economic and social cohesion*, CE, Bruxelas.
- CE (2007b) – *Cohesion Policy 2007-2013 - commentaries and official texts*, January 2007, CE, Bruxelas.
- DGDR (2001) - *Documento único de programação INTERREG III-A 2000-2006 – Cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha*. DGDR, Lisboa.
- ESPON (2007) – *Cross-Border Cooperation. Cross-Thematic Study of INTERREG and ESPON activities*, INTERACT, ESPON, Luxemburgo.
- Houtum H. Van (2001) – *Borders of Comfort: Discussing Spatial Economic Bordering Processes in and by EU*. Paper presented to the 5<sup>th</sup> conference of the European sociological association, Helsinquia.
- Medeiros, Eduardo (2009) – *The Cross-border cooperation in Raia Ibérica - Geographical synthesis of INTERREG-A territorial impacts*, CEG, Lisboa.
- Medeiros, Eduardo (2009b) – *The Cross-border cooperation between Portugal and Spain and Sweden-Norway - Geographical synthesis of INTERREG-A territorial impacts*, CEG, Lisboa.
- MOT (2007) – *European grouping of territorial cooperation*, The MOT Guides n°7. Mission Opérationnelle Transfrontalière, Paris.
- Nordregio (2007) – *Regional Development in the Nordic Countries, Nordregio Report 2007:1*, Estocolmo.
- Perkmann, Markus (2003) - *Cross-border regions in Europe – significance and drivers of regional cross-border co-operation*, in: *European and Urban and Regional Studies*, 10(2), SAGE publications, Londres, pp. 153-171.